

PADRE ALBERTO DA ROCHA MARTINS

SONHO E CERTEZA...

(DISCURSO)

Separata do Boletim n.º 19
do Grémio do Comércio do Concelho de Barcelos

1960



21.134.3-5 Martins, All
AR

SONHO E CERTEZA...

PADRE ALBERTO DA ROCHA MARTINS

SONHO E CERTEZA...

(DISCURSO)

*Ho Wito (correu),
Com um grande abraço,
A*

A. Rocha Martins

Separata do Boletim N.º 19
do Grémio do Comércio do Concelho de Barcelos

1960

MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Nº 63713

Barcelos

Composto e impresso na
TIP. «LIZ» — BARCELOS

ADVERTÊNCIA

SONHO E CERTEZA... é o discurso que o escritor Padre Alberto da Rocha Martins proferiu no Teatro Gil Vicente, em Barcelos, a convite da Direcção do Grémio do Comércio, na sessão comemorativa do XXVII aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional e do III ano da instituição das primeiras Corporações.

Dado o alcance desse brilhante trabalho, o ambiente de entusiasmo com que foi escutado pela assistência, os conceitos expostos, quis a Direcção do Grémio do Comércio dar à estampa esse notável discurso que aí fica como preito de homenagem à obra social do Estado Novo e como gratidão ao distinto escritor e orador da memorável sessão.

Pensa deste modo, a Direcção do Grémio do Comércio, ter cumprido, mais uma vez, o seu dever.

Nas primeiras páginas da Sagrada Escritura — livro de ouro em que cada letra é uma estrela e cada frase uma constelação a espargir luz sobre a Humanidade — encontramos a mais lídima noção do Trabalho. O Trabalho apresenta-se-nos como ocupação divina, sublimando, deste modo, toda a actividade que eleva o homem, aproximando-o de Deus.

Deus trabalhou e fez obra digna de admiração, obra boa, descansando alfim ao sétimo dia.

E quando nossos olhos contemplam enlevados essa obra grandiosa e indiscreto do Deus Trabalhador, desde a imensidade dos oceanos que baloiçam às incidências do Sol ou reflectem, em noites enlouradas e frias, o olhar sereno, nostálgico e quase triste da Lua, às grandezas sublimes e eloquentes das montanhas majestosas, ao encanto aliciante dos jardins e dos campos, cobertos de flores que formam painel esmerilhado da Natureza, aos gorgeios e trinados das avezinhas que formam, com os insectos, orquestrações de harmonias embriagantes; quando contemplamos a sorridência das rosas, a elegância das

açucenas, a esbelteza do lírio, a humildade perfumada da violeta, o sorriso alacre das papoilas, a graça e o mimo dos jasmims; se reparamos no homem, a quem já chamaram «mundo pequeno», nas suas possibilidades, nos seus anseios, na inquietude permanente que lhe põe asas no espírito e lágrimas calcinantes nos olhos rubros de mágoa: se reparamos no homem, dizia, abismo de grandezas e de misérias, nas produções artísticas da sua inteligência e sensibilidade, havemos de convir que foi belo, sublime e empolgante o trabalho de Deus. Ficamos enlevados diante desta obra da criação! Bendizemos, para sempre, o Deus Trabalhador!

Passando, ainda, ao plano meramente humano, verificamos que todo o trabalho, apesar da obrigatoriedade que lhe anda ligada a partir da queda adâmica, tem de ser missão de amor, de engrandecimento, de sublimação do homem. Não pode ser escravização, apesar de um recôndito sentido de penitência que o envolve, como o perfume que se não vê anda escondido na violeta pequenina. Nunca poderá assentar no egoísmo, no desejo incontido de sobre-posição, na vaidade e no esmagamento dos que não tiveram degraus para subir. O trabalho terá de ser, apesar da aparente redundância, *um serviço social*. Não beneficiará somente o braço que o realiza, mas, quase sem darmos por isso, contribuirá para o bem da Humanidade. Do trabalhador se pode dizer, na ordem natural, o que Isabel Leseur escreveu da virtude na ordem sobrenatural: *o homem que trabalha eleva e dignifica a sociedade a que pertence, do mesmo modo que «a alma que se eleva, eleva o mundo»*.

No memorável decreto 23.048, de 23 de Setembro de 1933, o trabalho emparceira com o capital e a propriedade no desempenho de uma função social. E é aqui, meus senhores, que se estrutura toda a responsabilidade e todo o direito do trabalho, do capital e da propriedade. Notemos que o dever junte todos os factores de riqueza e de progresso, condenando-se assim todos os que egoisticamente pretendem viver isolados, num mundo à parte, esquecidos de todos. Tirar o trabalho desta linha programática que lhe assinala o Estatuto do Trabalho Nacional, num respeito absoluto pelos ensinamentos propinados pela Igreja, diminuir-lhe ou cercear-lhe as possibilidades, minimizá-lo perante o capital, dando direito a este em prejuízo daquele, é trair e desrespeitar a doutrina consagrada no referido decreto e nas Encíclicas dos Papas da Igreja. O Trabalho, sob qualquer modalidade, é um serviço social. Este trabalho enobrece o homem quando este têm consciência do que é e do valor moral da sua actividade.

Há, porém, dentro da orgânica da produção da riqueza, como fatora do bem social, afinidades e implicações entre trabalhador e patrão, salário, tempo, lugar e circunstâncias em que se realiza, que exigem séria orientação para, desta forma, evitar atropelos e lutas de classes em que, quase sempre, é ferida a justiça e menosprezada a caridade. *Não há-de ser pela violência que patrões e operários devem resolver os seus problemas.* A compreensão terá de presidir ao pensamento e resoluções do trabalhador e do capitalista. Toda a doutrina social tem de estar impregnada de uma alma divina, isto é, tem de acatar os direitos de Deus para salvaguardar os direitos dos homens. *Não*

acreditamos nos que defendem o homem atacando a Deus. Quem não admite a moral cristã, negando a Deus e a Sua Lei, não pode, logicamente, respeitar os direitos do trabalhador. Aqui, como em tudo, há uma hierarquia de valores. Por outras palavras, *a concepção do trabalho e toda a sua orgânica têm de ser teocêntricas.* **Enquanto um sistema económico ou político teimar no antropocentrismo está implicitamente condenado.** A Idade Média, tão caluniada porque desconhecida, deu-nos, ainda neste capítulo, a melhor lição da hierarquia de valores, colocando no vértice do pensamento e da acção a ideia de Deus a quem se subordinam o homem e as coisas. Esta maravilhosa temática desentranhou-se em frutos admiráveis que um Renascimento pagão procurou desmoronar, abrindo as portas a uma pseudo-reforma que a liberdade-licença gerara em suas entranhas. E, assim, caiu o Mundo, e, sobretudo, a Europa num liberalismo económico e político anti-social e anti-humano.

Ao comemorarmos o XXVII ano da Publicação do Estatuto do Trabalho Nacional e o III ano das primeiras Corporações, há que fazer justiça a quem governa com critério e superior visão das realidades presentes e históricas. O Governo do Estado Novo, cuja obra está à vista, e impressiona os menos entusiasmados, não deixou de cumprir o seu dever no campo económico. Bem, ao contrário, fez tudo e tudo continua a fazer para que Portugal tenha uma organização séria e eficiente no desenvolvimento do trabalho e dos factores de produção.

Erra, no entanto, quem pensar que o problema do homem é meramente um problema económico. «Nem só de pão vive o

homem», afirma, com infalibilidade, o Evangelho. Pois este aspecto importante não escapou ao Governo do Estado Novo que preconiza, na teoria e na prática, uma doutrina de elevação integral do homem, ATENDENDO A'S EXIGÊNCIAS DO ESTÓMAGO E A'S ASPIRAÇÕES DA INTELIGÊNCIA E DA VONTADE.

Temos uma doutrina que respeita e se deixa influenciar pelos ensinamentos da Santa Igreja e dos Papas, mas, temos, ainda, — e é bem que o proclamemos contra os voluntária e obsidiantemente cegos e contra os tíbios e medrosos — uma aplicação prática dessa doutrina, uma organização corporativa, que, se mais resultados benéficos não tem dado hemos de convir que A CULPA NÃO É DO SISTEMA, MAS NOSSA. O Estado Novo, para quem olha desapaixadamente o panorama português e não esquece o que se passa no Mundo, para quem não ignora as lições da História e, designadamente, o periodo do liberalismo e da república parlamentar inteiramente dominados pela Maçonaria, tem realizado uma obra que podemos considerar MONUMENTAL e que se reparte por todos os aspectos da actividade portuguesa. No campo económico-social, porém, tem o Governo do Estado Novo uma obra afirmativa e tem sido, do mesmo modo, o guarda vigilante do trabalhador, provendo às suas necessidades, zelando os seus interesses e salvaguardando os seus direitos.

Nada mais ruinoso e aviltante do que uma política de mentira e de ludíbrio do trabalhador português. NÃO SE PRO-

META AQUILO QUE SE NÃO PODE DAR... MAS DÊ-SE AQUILO QUE SE PROMETEU!

Cabe aqui, em lógica sequência de ideias, sem lisonjas amesquinhantes, uma palavra de parabéns, de agradecimento e de homenagem ao Ministro das Corporações que, pela sua inteligência, tenacidade e desprendimento, vem sendo coluna forte do Governo de Salazar. A política social que preconiza, se não estivesse inteiramente integrada no pensamento cristão, quase nos pareceria ousada. Mais uma razão para lhe tributarmos gratidão e homenagem.

Na hora que vivemos, a quem um notável pensador moderno chamou «a babel das confusões», não falta para aí quem semeie a discórdia, pregue o descrédito e fomenta o ódio. Tudo isto para esterelizar os espíritos e fazer desaparecer o ideal sublime da Esperança. A Rússia e o Comunismo andam empenhados profundamente em destruir o que fizemos de bom e de sério. Não têm pejo de, perante o Mundo, ignorar a História e semear no Continente Negro a discórdia, a insubmissão e a morte. Com eles estão todos os que NEGAM A PÁTRIA e se hipotecaram criminosamente às hordas do mal e de Satã. Não falta quem os escute e quem até (ó insensatez!...) lhes abra as portas. Quem ignora que, anichados nas nossas fileiras, quiçá usufruindo situações de privilégio, se encontram os inimigos do trabalhador, do progresso e do bem, porque são inimigos da Pátria?... E SÃO INIMIGOS DA PÁTRIA OS QUE DISCUTEM DEUS E A SUA LEI; OS QUE DISCUTEM A FAMÍLIA E A SUA ORGANIZAÇÃO CRISTÃ; OS QUE DISCUTEM

O TRABALHO E A AUTORIDADE. São inimigos da Pátria os que, nas alfurjas, procuram criar a insubmissão, mentindo descaradamente e prometendo o que nunca possuíram com a única preocupação de urdirem um mundo de utopias e de quimeras. São contra a Pátria e contra o trabalhador os que semeiam a desunião da Família portuguesa numa hora decisiva em que **SÓ SOBREVIVEREMOS SE NOS MANTIVERMOS UNIDOS.**

Meus Senhores :

Não percamos de vista o ambiente social em que se tem realizado esta obra grandiosa e pertinente do Estado Novo. Sem este clima de paz e de ordem que possibilita o estudo e a execução serena e constante, isto não seria possível. Partimos do nada, **PORQUE VÍNHAMOS DA BALBÚRDIA E DA ANARQUIA**, e hoje podemos ver uma realização consoladora que não sendo tudo é, graças a Deus, **MUITO.**

O nosso anseio de perfeição não tem limites e, por isso, eu quero deixar aqui bem patente um pensamento que me anda na alma. Acredito que louvar o mérito é acto de justiça; desconhecer-lo voluntária e conscientemente ou minimizá-lo é covardia; não apontar os defeitos ou insuficiências é subserviência aviltadora. Não quero o **PECADO** de não prestar justiça a quem tanto tem trabalhado — como o Governo e, designadamente, o Ministro das Corporações; não quero o **CRIME** de esconder ou diminuir o valor e o alcance de uma obra grandiosa

de Previdência e Assistência no campo social; e, por isso, aqui estou a proclamar a sua grandeza e a confessar que sempre a minha palavra, inexpressiva embora, e a minha pena têm servido este ideal de justiça e de verdade perante uma actuação eficiente que só os teimosamente cegos ou, como disse o Ministro das Corporações em discurso recente, «os que nada fazendo não perdoam que outros façam alguma coisa» continuam a desconhecer; não quero o labéu de, por subserviência ridícula, tomar nas mãos o turíbulo e queimar incenso em honra do que não existe e era bem que existisse. O Governo do Estado Novo é pessoa de bem e não precisa de capas de misericórdia, embora seja de toda a justiça dar-lhe o nosso apoio e compreensão e incentivá-lo a que prossiga no caminho das grandes realizações que são, para além de tudo, as grandes certezas políticas e sociais.

Pois com esta recta intenção de contribuir para o bem da comunidade eu ousou levantar a minha voz e PEDIR QUE SEJA VISTO COM MAIS CARINHO O TRABALHADOR DOS NOSSOS CAMPOS. Esse que se levanta quando no firmamento ainda lucilam as estrelas e que, sob as inclemências do sol ou das chuvas, ou do vento ou do frio, só recolhe a casa, para comer o caldo magro com a família, noite alta. Este trabalhador honrado, sempre fiel ao Governo e aos princípios da ordem, sempre resignado, sorrindo à mais leve carícia, não tem sido acarinhado como era de toda a justiça. E, no entanto, é aí, no campo e na aldeia, que reside a MADRE GERADORA de todos os heroísmos, trabalhos, sacrifícios, lutas e generosidades.

Levanto a minha voz, pelo muito que amo a Pátria, pelo interesse em ver cada vez mais prestigiado o Governo que sempre defendi, quer com palavras e obras, quer por escrito em vários órgãos da imprensa, para CLAMAR atenção, carinho e justiça para com o TRABALHADOR RURAL.

Por isso, minhas Senhoras e meus Senhores, eu termino, numa festa de trabalhadores, com as mesmas palavras com que Salazar saudou os trabalhadores do Norte em 1 de Maio de 1935:

«A' SOMBRA DO CASTELO AUGUSTO, OITO SÉCULOS DEPOIS DE AFONSO HENRIQUES, O NOSSO GRITO NO LIMIAR DA NOVA IDADE, TRABALHADORES DO NORTE, TRABALHADORES DO MEU PAÍS! O NOSSO GRITO É:

NA ORDEM, PELO TRABALHO, EM PROL DE PORTUGAL!

biblioteca
municipal
barcelos



63713

Sonho e certeza...